

Introdução

Não há nenhuma desculpa a dar pela publicação de mais um livro sobre Paulo do que a que foi dada pelo autor dos *Atos de Paulo*, do segundo século: o livro foi escrito *amori Pauli*, por amor a Paulo. Por mais de meio século tenho sido um estudioso e professor de literatura antiga, e a nenhum outro escritor da Antigüidade dediquei tanto do meu tempo e atenção como a Paulo. Também não consigo pensar em nenhum outro escritor, antigo ou moderno, cujo estudo é tão ricamente recompensador como este. Isto se deve a vários aspectos do seu caráter multifacetado: o calor atraente da sua personalidade, sua estatura intelectual, a liberação jubilosa efetuada por seu evangelho da graça redentora, o dinamismo com que ele propagou este evangelho pelo mundo, dedicando sua vida, unicamente, ao cumprimento da comissão que lhe fora confiada na estrada para Damasco (“uma coisa faço”) e trabalhando muito mais do que todos os outros apóstolos — “porém não eu, mas a graça de Deus comigo”. Meu propósito, ao escrever este livro, portanto, é compartilhar com outros um pouco da rica recompensa que eu, pessoalmente, colhi do estudo de Paulo.

1) Paulo, o escritor de cartas

De todos os escritores do Novo Testamento, Paulo é o que gravou sua própria personalidade de modo mais inconfundível em seus escritos. É especialmente por esta razão que ele tem assegurado um lugar entre os grandes escritores de cartas da literatura mundial — não por ter composto suas cartas com um olho na propriedade estilística e no veredito de aprovação de um público mais amplo do que o que tinha primeiramente em vista, mas porque elas expressam, de modo tão espontâneo e por isso eloqüente, seu pensamento e sua mensagem. “Ele, certamente, é uma das grandes figuras da literatura grega”, disse Gilbert Murray,¹ e um helenista ainda maior do que Murray, Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff o descreveu como “um clássico do helenismo”. Paulo, disse ele, não adotou diretamente nenhum dos elementos da educação grega, mas não

apenas escreve em grego mas pensa em grego; sem percebê-lo, ele serve como executor do testamento de Alexandre, o Grande, levando o evangelho aos gregos:

Finalmente, finalmente alguém fala novamente em grego de uma experiência de vida interior nova. Esta experiência é sua fé, que lhe dá certeza da sua esperança. Seu amor radiante abrange toda a raça humana; para lhe trazer salvação ele, alegremente, sacrifica a própria vida, porém a vida nova na alma brota em todo lugar aonde ele vai. Este estilo epistolar é Paulo, o próprio Paulo e nenhum outro.²

Não é um elogio pequeno de um helenista para helenista para alguém que dizia ser hebreu de hebreus!

As cartas de Paulo são nossa principal fonte de informações sobre sua vida e obra; elas são, na verdade, nossa principal fonte de conhecimento dos começos do cristianismo, porque são os documentos cristãos datáveis mais antigos, sendo que as mais importantes foram escritas entre dezoito e trinta anos após a morte de Jesus. Alguns escritores certamente usaram a forma de letra para disfarçar seus verdadeiros pensamentos; A honestidade transparente de Paulo era incompatível com qualquer artificialidade destas. Ele tenta, onde é necessário, ser diplomático, ou escrevendo a seus próprios convertidos ou a pessoas que pessoalmente lhe são desconhecidas; porém, mesmo assim, ele deixa bem claro quais são seus propósitos.

Esta espontaneidade foi, sem dúvida, facilitada pelo hábito de Paulo de ditar suas cartas, em vez de escrevê-las ele mesmo. Enquanto dita, ele vê com os olhos da mente aqueles a quem está se dirigindo, e fala como se estivesse face a face com eles. Mesmo recorrendo a amanuenses, o estilo é o dele, especialmente nas “epístolas maiúsculas” (designação usada convenientemente para as cartas aos Gálatas, Coríntios e Romanos). Quando o amanuense era um dos seus companheiros mais próximos, como Timóteo ou Lucas, ele pode ter tido uma liberdade de estilo maior. Mas quando Paulo se empolgava com seu assunto, pode não ter sido fácil para ninguém escrever ao seu ditado. Se seu amanuense seguia o procedimento normal, deve ter redigido o que Paulo ditava com um buril, em tabletes de cera, possivelmente usando algum sistema de abreviaturas, para depois transcrever o texto por extenso em uma folha ou rolo de papiro.

Devido à espontaneidade evidente das cartas de Paulo, qualquer história dele que seja irreconciliável com as evidências contidas nelas, tem de ser suspeita. Do primeiro século temos uma história de Paulo, composta (ao que parece) de modo totalmente independente das suas cartas. Trata-se da narrativa contida nos Atos dos Apóstolos (uma obra escrita como segunda parte de uma história das origens do cristianismo, cuja primeira parte conhecemos como o evangelho de Lucas). Esta é nossa principal fonte secundária da vida e obra de Paulo, e o presente livro se baseia na convicção (da qual os argumentos foram expostos em outro lugar)³ de que se trata de uma fonte de elevado valor histórico. As diferenças entre o retrato

de Paulo traçado em suas cartas inquestionadas, e o que foi traçado em Atos são as que se pode esperar entre o auto-retrato de alguém e o retrato pintado dele por algum outro, para quem posou consciente ou (como neste caso) inconscientemente. O Paulo de Atos é o Paulo histórico como foi visto e descrito por um observador simpatizante e acurado, mas independente, cuja narrativa fornece um pano de fundo convincente, pelo menos para as principais cartas, e pode ser usada com confiança para suplementar as informações do próprio Paulo.⁴

2) Paulo e a expansão do cristianismo

Todavia, não é como um homem de letras, mas talvez mais como um homem de ação que Paulo deixou sua marca na história mundial. Veja, por exemplo, os dois fenômenos históricos abaixo, que seriam surpreendentes, se já não nos fossem tão familiares.

Em primeiro lugar, o cristianismo surgiu como movimento dentro da comunidade judaica, não nas terras da dispersão, mas na terra de Israel. Seu fundador foi um judeu, assim como seus discípulos, que, nos anos que seguiram à partida dele, proclamaram apenas a judeus as boas novas que ele lhes confiou. Contudo, em pouco mais de uma geração após a sua morte, o cristianismo foi reconhecido pelas autoridades do Império Romano como uma religião predominantemente gentia, e até hoje há regiões do mundo, onde a antítese judeu/cristão é apenas outra maneira de colocar a antítese judeu/gentio.

Em segundo lugar, o cristianismo surgiu no sudoeste da Ásia, entre pessoas cuja língua comum era aramaico. Seus documentos fundamentais, no entanto, foram escritos em grego, e assim chegaram até nós; e por muitos séculos, agora, tem sido considerada, para o bem ou para o mal, uma religião predominantemente européia.

Estes dois fenômenos que, na verdade, são dois aspectos da mesma coisa, são resultado, principalmente, da energia com que Paulo, um judeu de nascimento e formação, espalhou o evangelho de Cristo no mundo gentio, da Síria até a Itália e talvez até a Espanha, durante os mais ou menos trinta anos que seguiram sua conversão ao cristianismo, por volta do ano 33 d.C. A energia com que ele abraçou e realizou sua missão, pode ser ilustrada por uma fase do seu ministério apostólico: a década entre 47 e 57 a.C. Eis o resumo de Roland Allen:

Em pouco mais de dez anos, Paulo plantou a igreja em quatro províncias do Império: Galácia, Macedônia, Acaia e Ásia. Antes de 47 não havia igrejas nestas províncias; no ano 57 Paulo podia dizer que seu trabalho estava feito, e planejar investidas longas no extremo oeste, sem ficar preocupado com que as igrejas que tinha fundado, pereceriam em sua ausência, por falta de orientação e apoio.⁵

Sua confiança era justificada: elas não pereceram, antes cresceram e prosperaram.

Paulo não foi o único pregador do cristianismo no mundo gentio da época — havia outros que pregavam e eram simpáticos a ele, e alguns que rivalizavam com ele⁶ — mas ele superou todos como missionário pioneiro e plantador de igrejas, e nada pode tirar dele o título de apóstolo aos gentios *par excellence*.

3) Paulo, pregador da graça livre e gratuita

A contribuição mais destacada de Paulo ao mundo, porém, foi sua apresentação das boas novas da graça gratuita — como ele mesmo teria dito (corretamente), sua re-apresentação das boas novas explícitas no ensino de Jesus e corporificadas em sua vida e obra. A graça de Deus que Paulo proclamou é livre e gratuita em mais de um sentido: livre, no sentido em que é soberana e desimpedida; gratuita, no sentido de que é oferecida às pessoas, para ser aceita apenas pela fé, e livre no sentido de que é fonte e princípio da libertação delas de todo tipo de servidão interior e espiritual, incluindo a servidão do legalismo e a servidão da anarquia moral.

O Deus cuja graça Paulo proclamou, é o único que faz milagres. Ele cria o universo do nada; chama mortos de volta à vida; justifica o ímpio. Este terceiro é o maior milagre de todos: criação e ressurreição correspondem ao poder do Deus vivo e vivificador, mas a justificação do ímpio é, à primeira vista, uma contradição do caráter justo de Deus, o juiz de toda a terra, que, em suas próprias palavras, “não justificarei o ímpio” (Êx 23.7). Porém a qualidade da graça divina é tal que, no próprio gesto de estendê-la aos que não a merecem, Deus demonstra que ele mesmo é “justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3.26).

O conceito que Paulo tem de Deus, está completamente alinhado com o ensino de Jesus. O Deus que, em parábola após parábola, perdoa gratuitamente o pecador ou recebe o pródigo que retorna, não exerce a qualidade da misericórdia à custa da sua justiça: ele continua sendo o Deus coerente do qual a própria coerência é a razão de pecadores “não serem consumidos” (Mt 3.6); ou aquele que, nas palavras de outro profeta do Antigo Testamento, “não retém a sua ira para sempre, porque tem prazer na misericórdia” (Mq 7.18).

A graça, porém, se manifesta não apenas na aceitação dos pecadores por Deus, mas também na transformação dos que são assim aceitos, para serem semelhantes a Cristo. As palavras de Thomas Erskine têm sido citadas com frequência, pois, “no Novo Testamento, religião é graça, e ética é gratidão.”⁷ Se esta frase for traduzida para o grego, uma palavra, *charis*, serve de equivalente tanto para “graça” quanto para “gratidão”; isto porque a gratidão que a graça divina gera em seu destinatário, também é expressão desta graça concedida e mantida pelo Espírito Santo, por meio do qual o amor de Deus é derramado no coração dos crentes. Jesus tinha citado os dois mandamentos, de amar a Deus e

ao próximo, como aqueles dos quais “dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22.40); por isso, para Paulo, a ação livre deste amor divino na vida dos que foram redimidos pela graça, consiste “no cumprimento da lei” (Rm 13.10). Por esta razão, insiste ele, o evangelho da graça gratuita não anula a essência da lei de Deus, antes a confirma (Rm 3.31).

O amor é um incentivo para fazer a vontade de Deus mais forte do que regulamentos legais e medo da condenação jamais poderiam ser. Isto pelo menos foi compreendido por Márciom, um estranho cristão do segundo século cuja devoção ao ensino de Paulo não acompanhou sua compreensão dele. Márciom cortou o evangelho do seu passado e do seu futuro, negando a relevância do Antigo Testamento e do julgamento futuro para o cristianismo. Paulo, por sua vez, não jogou fora o Antigo Testamento (como o chamamos); para ele, tratava-se das Sagradas Escrituras (Rm 1.2), as únicas que ele conhecia. Ele as chamou de “a lei e os profetas” (Rm 3.21) e de “oráculos de Deus” (Rm 3.2). Elas tinham o seu cumprimento e seu sentido em Cristo; quem as lê sem usar esta chave para abrir seu significado, um “véu está posto sobre o coração deles” (2Co 3.15). Paulo lhes deu o valor maior, porque elas davam testemunho da mensagem da justificação pela fé em Cristo: o evangelho que nelas foi “preanunciado a Abraão” (Gl 3.8) era o mesmo que Paulo estava encarregado de proclamar; não era uma invenção nova.

Paulo também não repudiou a idéia do julgamento futuro. Num universo moral, é preciso contar com a retribuição divina; “do contrário, como julgará Deus o mundo?” (Rm 3.6). Márciom, no entanto, foi radical fora da realidade, e Paulo não. Que lhe seja considerada a justiça de ter entendido a mensagem de Paulo da salvação pela graça — mais do que muitos cristãos “ortodoxos” deste século.

Tertuliano, por exemplo, ao escrever seu tratado *Contra Márciom* depois da morte deste, desafiou-o dramaticamente a dizer por que não se entregou às extravagâncias do pecado, já que não acreditava que o Deus Pai, que Jesus revelara, julgaria a raça humana.⁸ “Sua única resposta”, diz Tertuliano, imitando Márciom, é “*absit, absit*” (“longe disto, longe disto”) — e sobre uma resposta destas ele despeja sua zombaria. Mas exatamente neste ponto Tertuliano mostra que é ele e não Márciom quem está fora de sintonia com Paulo. O latim *absit* que Tertuliano põe na boca de Márciom parece ser o equivalente do grego *me genoito*, que provavelmente foi o que Márciom, cuja língua era grego, usou.

Mas se Márciom rejeitou um desafio como o de Tertuliano com *me genoito*, ele estava usando estas palavras exatamente no mesmo sentido em que Paulo as usou, ao responder a pergunta: “E daí? Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça? De modo nenhum!” (Rm 6.15). Márciom, como Paulo, entendeu que continuar no pecado depois de receber pela fé a nova vida (que era nada menos que a vida do Cristo ressurreto compartilhada pelo crente)

era uma contradição em termos: “Como viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos?” (Rm 6.2). Paulo, diferente de Márciom, sabia que um dia teria de prestar contas da sua administração ao Senhor que o empregara; mas não era a perspectiva de comparecer perante o tribunal de Cristo o que o afastava do pecado. Ele, que antes seguira o padrão de justiça prescrito pelos mandamentos mosaicos, não podia contentar-se com um padrão inferior, agora que estava “debaixo da lei de Cristo” (1Co 9.21). Antes, como não era mais ele quem vivia, mas Cristo quem vivia nele, a perfeição de Cristo era o alvo em direção ao qual ele agora corria. Tertuliano pode ter sabido disto; talvez estivesse simplesmente tentando marcar um ponto no debate com Márciom. Mesmo assim, estava pedindo a resposta: “E será que *você* tem como única razão para abster-se do pecado o medo da ira vindoura?”

Márciom, provavelmente, e Paulo, com certeza, conhecia o amor de Cristo como única força propulsora em sua vida. Onde o amor é a força propulsora, não há nenhuma sensação de pressão, conflito ou imposição para fazer o que é certo; a pessoa que é impelida pelo amor de Jesus e capacitada pelo seu Espírito, faz a vontade de Deus, de coração. Porque (como Paulo podia dizer de experiência), “onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (2Co 3.17).

Notas

¹ G. G. A. MURRAY, *Four stages of Greek religion*. Nova York, 1912, p. 146.

² U. von WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, *Die griechische Literatur des Altertums = Die Kultur der Gegenwart*, ed. P. Hinneberg, i, 8 (Berlim/Leipzig, ³1912), p. 232.

³ Cf. F. F. BRUCE, *The acts of the apostles*. Londres, ²1952, p. 155 *et passim*.

⁴ As últimas duas frases foram ampliadas em F. F. BRUCE, “Is the Paul of Acts the real Paul?” *BJRL* 58 (1975-76), p. 282-305. Dois estudos importantes que devem ser mencionados são P. VIELHAUER, “On the ‘paulinism’ of Acts”, E. T. em *Studies in Luke-Acts: essays in honor of Paul Schubert*, ed. L. E. Keck e João. L. Martyn (Nashville/Nova York, 1966), p. 33-50 (um estudo que defende conclusões bem diferentes sobre meu tema), e C. K. BARRETT, “Acts and the Pauline corpus”, *Expository Times* 88 (1976-77), p. 2-5 (um estudo que abre o apetite do leitor para a obra maior sobre Atos que o professor Barrett está preparando para o *International critical commentary*).

⁵ R. ALLEN, *Missionary methods: St. Paul’s or ours?* Londres, 1927, p. 3.

⁶ C. K. Barrett (“Acts and the Pauline corpus”, p. 4s) discerne pelo menos duas missões cristãs no mundo greco-romano da época, além da de Paulo: uma liderada por Pedro e outra que remonta a Estêvão e seus companheiros helenistas. Ele considera Atos um monumento do processo pelo qual as três se fundiram, depois da morte dos seus fundadores e dos eventos de 70 d.C.

⁷ T. ERSKINE, *LettOers*. Edimburgo, 1877, p. 16.

⁸ TERTULIANO, *Contra Márciom* i, 27.

O Crescimento de Roma

Nestes dias de superpotências mundiais, não é fácil entender como uma única cidade pôde formar uma base adequada de poder, para estender sua autoridade sobre uma grande área e fundar um imenso império. Houve vários impérios antes, no vale do Eufrates e do Tigre, dos quais o mais bem conhecido foi Babilônia, que, no século dezoito a.C., atingiu este grau de poder sob o grande Hamurabi e, mais tarde, no sexto século a.C., dominou não somente seus vizinhos na Mesopotâmia, mas também as terras a oeste, até as praias do Mediterrâneo e a fronteira com o Egito. O próprio Mediterrâneo testemunhou a ascensão e queda de uma sucessão de cidades imperiais. No quinto século a.C., a cidade de Atenas imperou não só sobre o mar Egeu, mas também sobre uma grande área do Mediterrâneo ocidental, incluindo a Sicília. Cartago, uma colônia da cidade-estado fenícia Tiro, controlou durante três séculos o Mediterrâneo ocidental, até que sua rival, Roma, obrigou-a a renunciar a todas as suas possessões no além-mar, depois de derrotá-la na Segunda Guerra Púnica, no fim do terceiro século a.C. Já na era cristã, a cidade de Veneza conseguiu “ter o Oriente deslumbrante em suas mãos”, desde o tempo das Cruzadas até o século dezessete.

No entanto, de todas estas cidades que dominaram as terras mediterrâneas, nenhuma exerceu uma influência tão permanente sobre elas, e sobre outras bem distantes do Mediterrâneo, do que Roma. Sua ascensão rápida a uma posição de domínio causou uma impressão profunda sobre as mentes dos homens da Antiguidade. Um político grego de nome Políbio, que foi levado a Roma como refém em 167 a.C. e teve a boa sorte de conquistar a amizade de Cípio Emiliano, o principal general romano da sua época, escreveu uma obra de história (ainda de valor excepcional, no que sobreviveu) a fim de refazer os passos pelos quais a cidade de Roma, num período de cinquenta e três anos (221-168 a.C.), se tornou senhora do mundo mediterrâneo — feito até hoje não igualado na história.¹ Menos exato, mas informativo por causa da sua reflexão brilhante sobre a imagem idealizada de Roma corrente no Oriente Próximo por volta de 100 a.C., é o

quadro pintado em 1Macabeus 8.1-16, onde nos é contado como Judas Macabeu, em busca de todo apoio possível em sua luta contra os selêucidas, enviou uma embaixada a Roma:

Judas tomara conhecimento da fama dos romanos. Dizia-se que eram poderosos e valentes, que se compraziam em todos os que se aliassem a eles, e concediam sua amizade a quantos a eles se dirigissem. Falaram-lhe também de suas guerras e das valorosas proezas que tinham realizado entre os gauleses, e como os tinham dominado e tornado seus tributários. E falaram também do que haviam feito na Espanha, para se apoderarem das minas de prata e de ouro que lá se encontram, e como se tornaram senhores de todo esse lugar, pela sua prudência e perseverança, embora o lugar fosse muito distante deles. Ouviu falar também dos reis que tinham vindo contra eles, das extremidades da terra; como eles os destroçaram e lhes infligiram graves derrotas, enquanto os outros lhes pagam um tributo anual. Enfim tinham desbaratado na guerra a Filipe² e a Perseu³, rei dos ceteus [macedônios], bem como a outros que se haviam rebelado, e os sujeitaram a si. Também Antíoco, o Grande, rei da Ásia⁴, que marchou contra eles, para enfrentá-los com cento e vinte elefantes, cavalaria, carros de guerra e um enorme exército, foi por eles esmagado. Capturado vivo, obrigaram-no a pagar, ele e seus sucessores, um pesado tributo, além da entrega de reféns e da cessão de territórios: a região da Lícia, a Mísia e a Lídia, de entre as mais belas de suas províncias, arrebataram-nas dele e as entregaram ao rei [de Pérgamo,] Eumenes. Tendo os da Grécia conjurado para ir exterminá-los, os romanos, sabendo do plano, enviaram contra eles um só general para os debelar: caiu um grande número de feridos, levaram cativas suas mulheres e seus filhos, saquearam seus bens, dominaram seu país, destruíram suas fortalezas e reduziram-nos à escravidão, até o dia de hoje.⁵ Quanto aos outros reinos e às ilhas que lhes tinham resistido, os romanos os destroçaram e submeteram. Com os seus amigos, porém, e com os que se fiavam no seu apoio, eles mantiveram sua amizade.

Estenderam seu poder sobre os reis, quer de perto quer de longe, de modo que todos os que ouviam pronunciar o seu nome ficavam atemorizados. Exercem a realeza aqueles a quem eles querem ajudar a exercê-la; por outro lado, depõem aqueles a quem querem depor: a tais alturas chega o seu poder! Apesar de tudo, nenhum deles cingiu o diadema, nem revestiu a púrpura para se engrandecer com ela; mas criaram para si um conselho, onde cada dia deliberam trezentos e vinte homens⁶, constantemente consultando-se sobre a multidão e sobre como dirigi-la ordenadamente. Confiam por um ano o poder sobre si e o governo de todos os seus domínios a um só homem, ao qual unicamente todos obedecem, sem haver inveja ou rivalidade entre eles.

Este relato tem muitas inexatidões nos detalhes, das quais a mais surpreendente é a afirmação, no fim, de que eles confiam o poder supremo a um homem a cada ano; na verdade, para evitar a concentração de poder nas mãos de

um só homem, eles elegiam dois magistrados supremos (cônsules) em conjunto, cada um deles com direito de veto sobre os procedimentos do outro. Mesmo assim, ele nos dá uma boa idéia do que se pensava dos romanos no oeste da Ásia naquela época; a experiência da sua opressão, quando estavam mais próximos, deu lugar a um quadro muito menos favorável depois de duas ou três décadas.⁷

2) De um povoado sobre um monte a império mundial

Roma começou como um grupo de povoados agrícolas e pastoris na planície latina, na margem esquerda do Tibre. Num estágio inicial da sua história, ela caiu sob controle etrusco, mas depois de uma ou duas gerações conseguiu sacudir este jugo. Os etruscos se retiraram para a margem direita do Tibre. A carreira de Roma como conquistadora do mundo começou, quando atravessou o Tibre para sitiar e atacar a cidade etrusca de Veii (c. 400 a.C.). Dali em diante, Roma se tornou primeiro senhora do Lácio e depois da Itália. A intervenção em uma briga interna na Sicília em 264 a.C. a colocou em confronto com os cartagineses, que tinham interesses comerciais substanciais na Sicília. O resultado foram as duas guerras púnicas (264-241 e 218-202 a.C.), sendo que na segunda, Roma chegou à beira de ser aniquilada; no entanto, depois da derrota decisiva de Aníbal em Zama, no norte da África, ela emergiu como senhora inquestionável do Mediterrâneo ocidental.

Roma não teve alívio, depois da sua luta exaustiva contra Aníbal e suas forças: a Segunda Guerra Púnica mal tinha acabado, quando a cidade se viu engajada em uma guerra com a Macedônia, um dos estados que resultara da herança do império de Alexandre. Em 195 a.C. Roma restituiu às cidades-estado da Grécia a liberdade que tinham perdido para Filipe, o pai de Alexandre, quase um século e meio antes. Esta liberdade restaurada, na verdade, era muito limitada, já que Roma constituiu a si mesma protetora das cidades libertadas. Nenhum outro poder podia intervir impunemente em seus assuntos: quando o Reino Selúcida (outro dos estados que sucedera ao império de Alexandre) tentou fazer isto em 192 a.C., não foi apenas repellido, mas invadido pelos legionários romanos, e viu-se aleijado e empobrecido de modo irreversível. Roma não perdeu nenhuma oportunidade para encorajar a oposição aos interesses selúcidas, seja no Egito dos ptolomeus (mais um dos estados sucessores), seja entre os insurretos judeus, liderados por Judas Macabeu e seus irmãos (de 168 a.C. em diante).

Estes movimentos levaram ao envolvimento cada vez maior de Roma no Oriente Próximo. Em 133 a.C. o último rei de Pérgamo, um aliado de Roma, morreu e legou seu território (a parte oeste da Ásia Menor) ao senado e povo romanos. O legado foi aceito e o território se tornou a província romana da Ásia. O domínio romano não era muito popular e, em 88 a.C., uma insurreição

anti-romana foi fomentada na província por Mitridates VI, rei do Ponto (na costa do mar Negro da Ásia Menor), que também tinha pretensões imperiais naquela região. A conseqüência foi uma guerra entre Roma e Ponto, que se arrastou por um quarto de século. Quando as armas romanas triunfaram, no fim deste período, sob o general Pompeu, este se viu diante da tarefa de reconstruir toda a ordem política no oeste da Ásia. Ele ocupou a Judéia em 63 a.C., depois de dar à Síria a condição de província romana no ano anterior.

Durante trinta ou mais anos depois da pacificação por Pompeu, o mundo romano foi dilacerado por rivais aspirantes ao poder supremo, até que, na vitória naval de Actium (31 a.C.), que significou a queda de Cleópatra, a última soberana do Egito dos ptolomeus, com seu aliado romano Antônio, deixou Otaviano, filho adotivo e herdeiro político de Júlio César, como senhor do mundo romano. Um estadista rematado, Otaviano, que em 27 a.C. adotou o título de Augusto, preservou a moldura republicana do Estado romano, mas concentrou o poder real em suas mãos. Em Roma ele se contentava com o título *princeps*, primeiro cidadão da república; nas províncias orientais, porém, ele e seus sucessores foram reconhecidos pelo que eram de fato: herdeiros do domínio de Alexandre e das dinastias entre as quais o império deste fora dividido — rei dos reis, como os grandes potentados orientais da Antigüidade.

Sob o controle de Roma, portanto — primeiro da Roma original e depois, do quarto século em diante, da Nova Roma estabelecida em Constantinopla — os povos do Oriente Próximo continuaram a viver até a conquista árabe do sétimo século.

Notas

¹ POLÍBIO, *História* i. 1. Ele continuou a história até 146 a.C.

² Filipe V da Macedônia, derrotado na batalha de Cinocéfalos em 197 a.C.

³ Perseu, seu filho, derrotado na batalha de Pidna em 168 a.C.

⁴ Antfoco III, rei selêucida, derrotado na batalha de Magnésia em 189 a.C.

⁵ A referência à supressão da revolta da Liga Aqueana e à devastação de Corinto em 146 a.C. mostra que este relato do poder de Roma, apesar de colocado no período anterior à morte de Judas (160 a.C.), leva a história até bem além dela.

⁶ O número oficial de senadores romanos no segundo século a.C. era de 300.

⁷ Isto pode ser visto pouco antes e pouco depois da conquista da Judéia pelos romanos (63 a.C.), na descrição dos *Kittim* no comentário de Habacuque em Qumran (1QpHab 2. I. 4-6, I. 12) e nas reações à arrogância e impiedade deles nos Salmos de Salomão (2.20-21; 17.8-15). A primeira passagem pode refletir a propaganda anti-romana de Mitridates IV do Ponto, da qual temos uma amostra preservada em uma carta dele (c. 69 a.C.) a Arsace XII, rei da Pártia (SALLUST, *History*, fragmento iv. 69.1-12). Veja F. F. BRUCE, *New Testament history* (Londres, ²1971), p. 9-12, e “The Romans through Jewish eyes” em *Mélanges offerts à M. Simon*, ed. M. Philonenko (Estrasburgo, 1977).